

*Associação Sul Rio-Grandense de Professores:
Um caso de associativismo
mútuo docente (1929-1979)*

*Sérgio Ricardo Pereira Cardoso¹ &
Elomar Tambara²*

Prolegômenos

Sob determinado aspecto, a temática “associações docentes” aparenta ser ainda pouco explorada pelos historiadores da educação brasileira, preocupados, em sua maioria, em analisar instituições escolares, currículos, livros, cultura material, entre outros objetos de pesquisa.

Mesmo entre os estudiosos do professorado – no que tange à classe³ ou grupos – existe uma nítida separação entre as pesquisas sobre associativismo, consideradas frequentemente uma “pré-história” do sindicalismo de professores, e os estudos sobre os sindicatos docentes, a maioria dos quais se detém no último grupo, provavelmente por conta de quantidade maior de fontes e de posturas ideológicas de seus estudiosos, cuja periodização situa-se principalmente a partir da década de 1970.

1 Pesquisador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) (campus Rio Grande), sergio.cardoso@riogrande.ifrs.edu.br.

2 Pesquisador do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (Ceihe) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), tambara@ufpel.tche.br.

3 A palavra classe aqui empregada tem o mesmo significado que outrora teria pelos fundadores da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP), ou seja, grupo de profissionais, e não a conjectura conceitual trabalhada por Marx.

Numa trajetória caracterizada por continuidades e rupturas, as associações docentes de Pelotas vão do mutualismo ao sindicalismo em aproximadamente 50 anos, ou seja, desde a fundação da Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP), em 14 de outubro de 1929, até a criação do 24º núcleo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), em Pelotas (1979), meio século se passa. Destacam-se estas duas pela quantidade de associados que estas instituições arregimentavam. Entretanto, não se pode esquecer outras associações docentes como a Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas (AdufPel), Associação de Docentes da Universidade Católica de Pelotas (AducPel), Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de Pelotas (ASETFPel), Associação dos Municípios de Pelotas (AMP), entre outras.

O interessante é que parece ser uma continuidade esta diferença de tempo entre as formações mutualistas e sindicais, assim como entre o sindicalismo operário e o docente. Pois, ao analisar seis sindicatos docentes de educação básica no Brasil, Dal Rosso e Lúcio chegaram à conclusão de haver um período de meio século separando a construção sindical operária da organização sindical docente;⁴ enquanto a organização operária brasileira se forma entre os anos 1890 e 1930, o sindicalismo docente organizar-se-á entre 1945 e 1975; entretanto, a fim de evidenciar essa tese, Dal Rosso e Lúcio desconsideram associações anteriores aos sindicatos como organizações representativas das classes docentes.

A valorização da memória de uma instituição como a ASRP já é motivo significativo à realização deste texto, pois

o processo de profissionalização docente [...] tem-se caracterizado por uma clara indefinição da compreensão dos efetivos mecanismos sob os quais o mesmo ocorreu.⁵

Nesse sentido, Arroyo ratifica tal posicionamento ao dizer que “guardamos em nós o mestre que tantos foram. Podemos modernizá-lo, mas nunca deixamos de sê-lo. Para reencontrá-lo, lembrar é preciso”.⁶

4 S. Dal Rosso & M. Lúcio. “O Sindicalismo tardio da educação básica no Brasil”, *Universidade e Sociedade*, Ano XIV, n. 33, jun 2004, pp. 115-125.

5 E. Tambara, “Karl Marx – Contribuições para a investigação em história da educação no século XXI”, in L. M. de Faria Fº (org), *Pensadores sociais e história da educação*, Belo Horizonte, Autêntica, 2005, p. 17.

6 M. G. Arroyo, *Ofício de mestre: Imagem e auto-imagem*, 6. ed., Petrópolis, Vozes, 2002, p. 17.

Sendo assim, o objetivo deste texto é explicitar a contribuição dada pela ASRP à organização da categoria profissional docente em Pelotas e região. Numa perspectiva mutualista, a referida instituição colaborou para a conformação da classe docente num momento em que o Estado se eximia e até mesmo obstaculizava tal construção.

Caminhos investigativos

De certa forma, a inserção no cotidiano das associações e sindicatos docentes proporcionadas por um estudo prévio do 24º núcleo do CPERS remeteu-nos a investigar a ASRP. A relação entre essas instituições proporcionou um certo estranhamento em relação às diversas identidades culturais que permearam o associativismo docente em Pelotas.

Numa primeira análise, deslocou-se o foco do estudo para uma ASRP carregada de categorias tipicamente sindicalistas como, por exemplo, luta, greve, classe social etc. Em seguida, compreendeu-se que a ASRP tinha suas especificidades e que era preciso explorá-las; o que não quer dizer que não se utilize as categorias citadas em determinados momentos do processo histórico da ASRP, mas não de forma dominante. Diante disso, procurou-se sentir tais especificidades, saltando aos olhos categorias como: associativismo mútuo, identidade, formação continuada, saber-fazer, entre outras.

Demarcou-se, então, uma periodização de estudo compreendida entre os anos de 1929 a 1982. A escolha do período a ser estudado se deu, no caso do marco inicial, pela conjuntura histórica em que é formada a ASRP, e o segundo marco da periodização se justifica por ser o último ano em que há uma maior relação entre a ASRP e o 24º núcleo do CPERS, criado dentro da própria sede da ASRP, configurando desde já uma delicada situação em relação à ASRP, que se agravaria na década de 1980:

Aos vinte e três dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta, às 20 horas e 30 minutos, na sala cento e quarenta e cinco da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas, reuniram-se os professores sócios do CPERS residentes em Pelotas, a Comissão Provisória Pró-Criação do Núcleo Regional e os professores Danton Donatelli e Eugenio Fulkmann, para tratarem dos seguintes assuntos:

[...] 3 – Discussão por parte de professores presentes a respeito da *situação que poderá ser criada entre a Associação Sul Rio-Grandense de professores e o Núcleo Regional do CPERS* a ser instalado em nossa cidade.⁷

7 Livro de Atas n. 01, p. 01. (Grifo nosso).

Este processo culminará na fundação do 24º núcleo do CPERS em 3 de outubro de 1980, conforme registro a seguir:

Aos três dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta, às nove horas e trinta minutos, na sala 026 da UCPel, com a presença da Comissão Eleitoral, dos candidatos e alguns sócios, teve início a apuração dos resultados da Eleição da Lista Tríplice de candidatos à Diretoria do Núcleo do CPERS/Pelotas. [...] O resultado geral da eleição foi o seguinte: Sonia Fontoura Cardoso, oitenta (80) votos; Flávio Medeiros Pereira, cinquenta (50) votos; Enadir Ferreira Martins, quarenta e oito (48) votos, Marco Antônio Viana, dezessete (17) votos; Ana Helena Beckemcamp, dezesseis (16) votos.⁸

Fixado o período, o lócus de pesquisa deste estudo concentrou-se no acervo da Biblioteca Pública de Pelotas, bem como nos arquivos documentais da ASRP e do 24º núcleo do CPERS, ambos situados em Pelotas. Com a cooperação dessas instituições, foram coletados vários dados referentes ao processo de constituição da ASRP, desde sua criação até os fins dos anos 1980, como notícias em jornais e periódicos, livros-ata da ASRP e do 24º núcleo do CPERS, além de fotografias de diversos momentos da ASRP.

O uso de livros-ata, jornais e fotografias tem sido cada vez mais recorrente nas pesquisas de história da educação. Entretanto é necessário um apoio contextual e legal, que permita a explicitação de categorias que tornem a interpretação dos dados o menos tendencioso possível; ou, no mínimo, apresente um alto grau de transparência.

Além das fontes já citadas, sentiu-se a necessidade de incorporar a este rol uma fonte mais tradicional, mas com olhares distintos da simples descrição: a legislação a respeito de associações e sindicatos, a fim de perceber os limites legais dessas instituições.

O nascimento e a afirmação da ASRP

O empenho de entender a criação da ASRP obriga-nos retornar à década de 1920, caracterizada por profícuas transformações diretamente ligadas ao modernismo e aos processos de urbanização e industrialização brasileiros. Toda essa dinâmica reflete-se também na sociedade, que começa a compor uma demanda cada vez maior referente à educação pública, gratuita e de qualidade; a culminância desse processo é o surgimento do “otimismo pedagógico” ou “entusiasmo pela educação”.⁹

8 Livro de Atas n. 01, Ata n. 17, p. 11, verso.

9 J. Nagle, *Educação e sociedade na Primeira República*, 2. ed., Rio de Janeiro, DP&A, 2001, p. 135.

Conforme o autor, no momento em que transformações significativas, nos diversos níveis, ocorriam no mundo, o Brasil presenciava consideráveis alterações na vida social, das quais o processo de industrialização, o imigratório e o de urbanização são alocados como impulsionadores e intensificadores dos dispositivos de escolarização para suprir as demandas públicas emergentes.¹⁰

Boa parte dessas demandas educacionais origina-se de reivindicações efetuadas pela classe de trabalhadores e por profissionais liberais que, após a Proclamação da República, começaram a se delinear como um segmento da estrutura de classes importante, pois a República veio em seguida ao estabelecimento do trabalho assalariado no Brasil, fomentando uma organização mínima destes segmentos. Nesse processo de organização e formação, os diversos grupos sociais sentiram a necessidade “do amparo de uma rede associativa”.¹¹ A autora, ao se referir às redes associativas deixa claro o seguinte:

A construção da identidade da classe trabalhadora vai passar, inevitavelmente, por estas entidades, pois são elas responsáveis pela congregação daqueles conjuntos diferenciados e múltiplos de indivíduos e sua organização, segundo modelos e formas que vão variar ao longo do tempo, mas que têm em comum, o caráter de resposta e afirmação daquele setor, grupo ou categoria, frente à sociedade.¹²

A criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) é consequência direta deste contexto de urbanização que o Brasil vivenciava. Pelotas não era diferente, pois o “entusiasmo pela educação” é fruto de um projeto modernizante, no qual se preconiza estratégias de controle e regulação das populações nos centros urbanos. Temas como “analfabetismo”, “civilização”, “higienização”, “moral”, “civismo” e “patriotismo” foram discursos ideais para movimentar um paradigma educacional não só em âmbito nacional, mas ainda nas esferas estaduais e municipais.

A segunda metade da década de 1920 é marcada por uma expansão do sistema educacional no município de Pelotas, no entanto este processo já vinha ocorrendo paralelamente à urbanização da cidade.

[...] o governo Simões Lopes não se caracterizou pela originalidade das suas propostas no que tange à educação, mas por ter escolhido a instrução públi-

10 J. Nagle, op. cit., pp. 26-38.

11 B. A. Loner, *Construção de classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*, Pelotas, UFPel/Ed. Universitária/Unitrabalho, 2001, p. 94.

12 Idem, p. 94.

ca como objeto de “marketing” governista, difundido através da imprensa republicana. Escolha essa, decorrente da grande repercussão que tal tema ganhava na mídia, inclusive em âmbito nacional. As circunstâncias estaduais impunham aos municípios a ampliação de suas redes de ensino municipais, o que já vinha ocorrendo desde as administrações anteriores. As caixas escolares [...] não eram uma novidade, visto que já estavam sendo aplicadas em outras regiões. Logo, as obras do governo Simões Lopes não foram um diferencial, mas a forma como a imprensa publica, utilizou-se da instrução pública para evidenciar a atuação do Partido Republicano Rio-Grandense em Pelotas.¹³

Mas não se pode negar a ênfase propagandista do governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928) para a construção de um *status* positivamente elevado para a educação no desenvolvimento de Pelotas e de suas potencialidades; de certa forma, instituiu-se um imaginário sobre a importância da atividade docente.

Seguindo o estatuto da ABE, que pretendia dar um caráter nacional à associação, com a criação de seções em todos os estados, Levi Carneiro (presidente da ABE de julho a outubro de 1925) viajou pelo Brasil procurando o apoio das diretorias de instrução pública de cada estado. Infelizmente, tal esforço foi malogrado, o que piorou com a morte de Heitor Lyra da Silva,¹⁴ em 1926.¹⁵

No entanto, em Pelotas, a iniciativa de Levi Carneiro surtiu o efeito desejado, culminando na criação da Sociedade Pelotense da Associação Brasileira de Educação (Spabe), como se confere a seguir:

[...] O Dr. Joaquim Luis Osório leu uma exposição de motivos da reunião, ficando, por entre gerais aplausos, resolvida, unanimemente, a fundação da

13 M. A. Martiarena de Oliveira, “A educação durante o governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)”, Pelotas, UFPel, 2005, dissertação de mestrado em educação, p. 235.

14 Heitor Lira da Silva (05.03.1817-18.11.1926) “foi professor da Escola Souza Aguiar e do Liceu de Artes e Ofícios [...]. Quando a República Velha começou a ter o seu modelo de dominação questionado, Heitor Lyra chegou a pensar em fundar um partido político para empreender a democratização do país [...]. O projeto do partido político inspirou a criação de um movimento mais amplo [...]. Desse movimento resultou a criação da Associação Brasileira de Educação, fundada em 29 de agosto de 1924, no restaurante Sul-América, com a presença de Heitor Lyra, Everardo Backeuser, Edgar Mendonça e Francisco Venâncio Filho”. (LEAL, 2002, p. 438). M. C. Leal, “Heitor Lyra da Silva”, in M. de L. de A. Fávero & J. de M. Britto, *Dicionário de educadores do Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002.

15 M. M. Chagas de Carvalho, “Molde nacional e fôrma cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)”, São Paulo, USP, 1986, tese de doutorado em educação.

Associação Pelotense de Educação [...] ficou assentado também telegrafar-se ao Dr. Levi Carneiro [...] congratulando-se a assembléia com s. ex. pela fundação da Associação Pelotense de Educação, iniciativa que o iminente patricio animou...¹⁶

As pessoas que faziam parte da Spabe, em sua grande maioria, representavam a elite de Pelotas, destacando-se o nome de Joaquim Luís Osório; deve-se mencionar também que vários destes membros constituíam o Partido Republicano Rio-Grandense e/ou diretorias de instituições de ensino de Pelotas.

Um dos objetivos principais da Spabe focalizava a garantia de que

o ensino oferecido na cidade de Pelotas tivesse a qualidade e a abrangência necessária para proporcionar à sua população uma sociedade livre de tantos problemas que a assolavam.¹⁷

O comprometimento consequente desse objetivo fez com que a Spabe se confundisse com a própria Diretoria da Instrução Municipal, o qual está visível no planejamento da Spabe para 1927:

O que projeta fazer em 1927 [...]:

II- Criar a sua biblioteca pedagógica e museu escolar. [...]

IV- Realizar cursos e palestras sobre temas educativos. [...]

VIII- *Instituir prêmio para os livros didáticos publicados por pessoas residentes no município.* [...]

XVII- Desenvolver e propagar as caixas escolares. [...]

XXIII- Generalizar a educação física nos colégios.

XXIV- Promover a instituição do “copo do leite” às crianças fracas nas escolas...¹⁸ (grifo intencional)

Na noite festiva “alusiva ao Dia do Professor” e do resultado do concurso de melhor “livro didático”, que fazia parte do planejamento da Spabe para o ano de 1927, o vencedor do concurso deixa transparecer claramente em seu discurso que, naquele momento, já estava nascendo entre os que ali estavam presentes a ideia de “criação de uma associação de professores em Pelotas”.

16 *A Opinião Pública*, 25 out 1926, p. 2.

17 E. Peres & A. A. Cardoso, “A criação da Seção Pelotense de Associação Brasileira de Educação (ABE-1926)”, in *Anais do IX Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação*, Pelotas, Seiva, 2003, p. 25.

18 *A Opinião Pública*, 05 jan 1927, p. 1. (Grifo nosso).

Quadro 1
Quadro comparativo das diretorias
da Spabe e da ASRP (1929-1930)

Notícias sobre a Associação Pelotense de Educação	Notícias sobre a Associação Sul Riograndense de Professores
<p>Realizou-se no dia 24 do corrente, a reunião do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação para dar posse a nova diretoria que deverá reger os destinos da Associação.</p> <p>Aberta a sessão pelo presidente Dr. Fernando Luís Osório, depois de aprovada a ata da sessão anterior, leitura do expediente foi empossado o novo Conselho Diretor que assim ficou constituído: Prof. Emílio Boeckel, Prof. Joaquim Alves da Fonseca, Prof. Ataliba Paz, Coronel Guilherme Echenique, Coronel Juvencio Lemos, Da. Helena Pillmann e Francisco Bechrensdorf Osório.</p>	<p>Desta novel associação, fundada nesta cidade em 14 de outubro último, recebemos comunicação de haver sido empossada no dia seguinte – Dia do Professor – a primeira diretoria, assim constituída:</p> <p>Conselho Diretor: presidente, Sr. Joaquim Alves da Fonseca; vice-presidente, Da. Genny de Souza Seabra; 1º secretário, Sr. José Grünna; 2ª secretária, Dª. Helena Iruzum Passos; 3ª secretária, Dª. Braulina Fernandes Vieira de Silva; 1ª tesoureira, Dª. Helena Pillmann; 2ª tesoureira, Dª. Alice D'Ávila. Suplentes: Sr. Emílio Martins Boechel, Sr. Virgílio Carneiro Leão Filho. Comissão de contas: Dª. Rhéa Silva Galan, Dª. Hilda Weber, Sr. David de Carvalho Moura.</p>
<p><i>Diário Popular</i>, 27 out 1929, p. 4.</p>	<p><i>A opinião Pública</i>, 13 dez 1929, p. 3.</p>

Disse que era acertada a idéia que naquele momento pairava naquele recinto da criação de uma associação de professores em Pelotas [...].

Lembrou a necessidade de congregar as classes que representam as forças espirituais, intelectuais e morais do povo brasileiro.¹⁹

Um ano depois, aquela “ideia que naquele momento pairava naquele recinto” se concretizava: nascia uma associação de professores em Pelotas: a ASRP, conforme mostra o Quadro 1.

Destacam-se os nomes de “Joaquim Alves da Fonseca”, “Helena Pillmann” e “Emílio Martins Boeckel” para sustentar a tese de que há muitas ligações entre a ASRP e a Spabe. No entanto, este estudo ainda não tem subsídios suficientes para afirmar que a ASRP seria uma possível dissidência da Spabe, ou mesmo uma ação derivada desta

19 *A Opinião Pública*, 07 out 1928, p. 7.

entidade. Mas é fato que os dois primeiros nomes citados participaram da Spabe desde sua criação e atuaram institucionalmente, em 1930, nas duas entidades.

A ASRP nasce com o explícito objetivo de unificar o magistério pelotense qualificando-o e indo além: uma política de proteção de seus associados contra abuso dos direitos do profissional docente. Pois é visível que um dos principais objetivos da ASRP era a formação continuada de professores, além de promover debates ativos sobre políticas públicas educacionais e de carreiras docentes. O que corrobora os estudos de Nóvoa sobre as associações de professores, salientando que a formação das associações docentes se dá de forma híbrida: defende interesses corporativos de seus associados, além de exigir do poder público o ensino como direito social, o que elevaria o *status* da profissão docente perante a opinião pública.²⁰

O mesmo autor argumenta que a origem da profissão docente, sob uma perspectiva vocacional, está ligada às congregações religiosas, como, por exemplo, os oratorianos e os jesuítas. Pois é no decorrer dos séculos XVII e XVIII que estas congregações de religiosos docentes começam a produzir normas, técnicas e saberes a serem apreendidos pelos profissionais docentes. E é esta adesão inicial aos princípios éticos religiosos (dentre outros fatores) que vai inculcar na identidade do professorado uma imagem vocacional da atividade docente.

O fato é que, no decorrer dos anos 1930, a ASRP abre várias frentes de trabalho. Mas, a primeira grande luta da instituição foi a construção de uma identidade para os docentes associados, promovendo inúmeras palestras para divulgar o que de mais moderno estava ocorrendo em nível nacional.

É bem possível que, devido a uma tendência laica nas perspectivas da pedagogia moderna, os pesquisadores fossem tentados a uma disputa entre a ASRP e APCPel, o que não está evidenciado neste contexto; pelo contrário: percebe-se uma cooperação entre estas.

Através do fazer pedagógico qualificado, a ASRP proporcionou a difusão da atividade docente sob a perspectiva da profissão liberal; apesar do espírito vocacional, a profissionalização é gritante:

Associação Sul Rio-Grandense de Professores

A Associação Sul Rio-Grandense de professores [...] tem por objetivos:

a. Pugnar pelo aperfeiçoamento da instrução e da educação no Rio Grande do Sul. Introduzindo métodos e processos novos, adaptando ou não outros já

20 A. Nóvoa, “O passado e o presente dos professores”, in A. Nóvoa, *Profissão professor*, 2. ed., Porto, Porto, 1995.

usados em alguns países, criando bibliotecas e laboratórios pedagógicos, realizando palestras, promovendo congressos, caravanas de professores etc.

b. Procurar manter e aumentar a conexão entre os vários elementos que no Rio Grande do Sul se dedicam ao magistério oficial ou particular, seja primário, secundário, superior ou artístico;

c. Manifestar-se sobre reformas e modificações feitas nos vários departamentos da instrução e educação relativas ao problema educativo no Rio Grande do Sul;

d. Intervir, sendo solicitada, na defesa dos direitos ou da reputação dos seus associados quando estes injustamente forem prejudicados;

e. Criar seções em todos os municípios de nosso estado;

f. Tornar-se o mais breve possível em sociedade beneficente também;

g. Aproximar os pais dos professores;

h. Solenizar em todo o estado o dia 15 de outubro consagrado ao professor.²¹

Entre os ideais e as realidades

Após consolidar seu espaço na comunidade educacional pelotense, a ASRP tratou de ratificar seu estatuto e expandir sua abrangência em outras cidades além de Pelotas.

A cidade do Rio Grande foi a primeira a sediar uma filial da ASRP, cujos encontros eram realizados no Colégio Juvenal Müller. Assim como Rio Grande, outras cidades fizeram parte do raio de ação da ASRP; entretanto, um dos grandes obstáculos desse processo foi a discordância em alguns pontos dos estatutos:

[...] foi lido um ofício que recebemos do diretor do Colégio Elementar de Vacaria, o qual nos diz que será impossível fundar uma filial nossa lá porque a maior parte não concorda com os estatutos.²²

Quando a ASRP não conseguia fundar uma filial nas cidades pretendidas, a fim de agregar sócios nessas cidades, usava-se a estratégia dos sócios-correspondentes. Pois, em alguns municípios, o número de interessados em associar-se não era suficiente para fundar uma sucursal da ASRP; como sócios-correspondentes, estes pagavam as mensalidades via correio e tinham seus direitos de sócio assegurados.

21 *Diário Popular*, 28 dez 1929, p. 4.

22 Livro de Atas do Conselho Diretor, Ata n. 26.

Dessa forma, a ASRP, ao pretender criar filiais em vários municípios do Rio Grande do Sul, privilegia o coletivo sobre o individual, o regional sobre o local, como estratégia de promoção humana, conquista de direitos e união de classe.

Apesar dos esforços empreendidos, a ASRP conseguiu implantar filiais em Rio Grande, Camaquã e Osório, mas possuía sócios-correspondentes nos municípios de São Borja, Itaqui, Santo Ângelo, Cruz Alta, Tupanciretã, Vacaria, Santa Cruz, São Leopoldo, Rio Pardo, Caçapava e Herval.

Outra característica importante das associações mutualistas, e que também fazia parte da estrutura organizativa da ASRP, foi a caixa beneficente, conforme anunciava a *letra f* de seu estatuto.

O pontapé inicial para transformar-se em “sociedade beneficente” foi a arrecadação de fundos para este fim, ação inaugurada com uma sessão beneficente da Empresa Cinematográfica Xavier e Santos, em Pelotas.

No propósito de tornar o quanto antes a Associação Beneficente, fundamos o Fundo Beneficente, com o concurso da Empresa Cinematográfica Xavier e Santos, que, gentilmente, realizou p^a esse fim, uma vespéral chic, cujo produto foi recolhido do Comércio, sob caderneta n. 724, livro 8, pag. 55, num total de 612\$800.²³

Entretanto, em virtude dos poucos recursos do fundo beneficente, em razão de sua exiguidade e, portanto, não poder cumprir com as despesas que acarreta uma sociedade beneficente, esta ficou adiada por cinco anos, sendo de comum acordo entre os associados o aumento do fundo beneficente.

Entre os problemas que dificultavam a capitalização do fundo beneficente estava o precário sistema de arrecadação das cotas dos associados. Estabeleceu-se, num primeiro momento, que tais cotas seriam cobradas anualmente; todavia, percebeu-se que a anuidade em atraso era mais difícil de ser posta em dia, havendo associados pendentes com a ASRP há dois anos. Dessa forma, apenas em março de 1935 é que a caixa beneficente pôde entrar em vigor.

A caixa beneficente tornava-se uma segurança ao professor, principalmente quando ficava doente. Para se ter uma ideia de sua importância, apenas em 1942 o governo estadual deixou de descontar os dias não trabalhados pelos professores que fossem associados da ASRP. Esta conquista do magistério estadual, conquistada por meio de ofício, provocou uma folga financeira no fundo beneficente, relatado no seguinte trecho:

23 Relatório do Conselho Diretor da ASRP 1931/1932, p. 1.

Confrontando-se o movimento deste ano com o do ano anterior, nota-se sensível diminuição em número de petições, o que se explica pela existência atual da louvável medida do governo do estado, não mais descontando os vencimentos de nossos consócios quando licenciados por motivo de moléstia.²⁴

Mesmo assim, a ASRP criou estratégias de limitação a fim de resguardar o fundo beneficente, ficando estipulado em ata da Assembleia Geral realizada em 15 de maio de 1943, que a ASRP contribuiria com CR\$ 50,00 mensais a cada associado enfermo, sendo CR\$ 200,00 por ano a quantia máxima estipulada para cada associado; além disso, o número máximo de sócios beneficiados seria de 10.

Em 29 de abril de 1950, o estatuto da Caixa Beneficente foi novamente modificado. Basicamente, as mudanças referiram-se aos valores do recebimento do auxílio e de normas mais criteriosas de como fazer jus a tais benefícios.

Em 1955, a ASRP, desejando ampliar os auxílios aos associados, pensou na instalação de uma cooperativa de consumo, mas o fato de a mesma não ter ainda a sede própria malogrou o projeto antes mesmo de nascer:

Conseguiu-se cópia dos estatutos das Cooperativas dos Funcionários do Banco do Brasil desta cidade, e dos Servidores da Estação Experimental Eng^o Luiz Englert. Mas consideramos o problema da localização dessa cooperativa aliado à nossa necessidade cada vez mais premente da sede própria. Pensamos que a expansão de nossa entidade, para que ela possa de fato assistir cultural e materialmente ao professor, só se fará possível em local adequado.²⁵

No final da década de 1950 e início da década de 1960, havia já uma crescente diminuição da solicitação de auxílio, provavelmente pela defasagem entre o valor e a inflação ao longo dos anos que sucederam à aprovação do último estatuto. No trecho a seguir, isso fica patente:

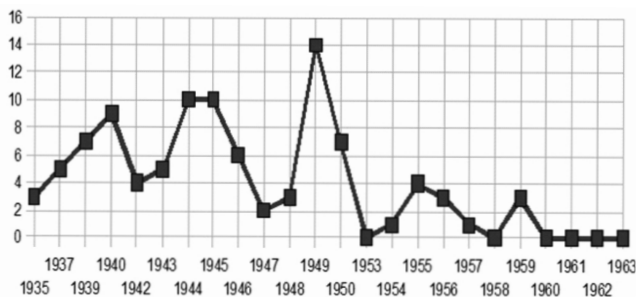
Este departamento criado com o fito de levar alguma assistência pecuniária aos consócios que enfrentam dificuldades financeiras por ocasião de enfermidade, não teve nenhum movimento no presente ano social. O auxílio mensal de 300 cruzeiros tornou-se precário em virtude do crescente aumento de preço dos medicamentos. Lembramos aos consócios a necessidade de o elevar, e se nos permitem a sugestão, lembraríamos o teto de Cr\$ 18.000,00 anuais, a repartir entre os que recorressem a esta seção.²⁶

24 Relatório do Conselho Diretor da ASRP 1941/1942, p. 2.

25 Relatório do Conselho Diretor da ASRP 1954/1955, p. 6.

26 Relatório do Conselho Diretor da ASRP 1960/1961, p. 3.

Tabela 1
Relação Usuários x Ano na
Caixa Beneficente da ASPR



Ao longo dos anos, principalmente com a implementação cada vez maior dos serviços previdenciários de cunho estatal, a seção beneficente cai em desuso, passando inclusive ao anacronismo.

Nossa seção beneficente, já desatualizada, aguarda nova estrutura que, nesta gestão, não tivemos oportunidade de estudar. Entretanto, procuramos aumentar o número de firmas que nos concedem abatimento nos mais variados artigos e, em diferentes setores de ordem social: lojas, ferragens, farmácia, hospitais, joalheria, empresa de transporte, bebidas, refrigerantes, cinemas.²⁷

No intuito de se observar com clareza o uso da Caixa Beneficente, o Gráfico 1 apresenta os usuários no decorrer dos anos. Por meio do Gráfico 1 é possível perceber o progressivo desuso da Caixa Beneficente da ASPR. Isso se dá, principalmente, devido ao fato de a Caixa de Pensões dos Servidores Municipais de Pelotas²⁸ e o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul²⁹ terem se estruturado no final da década de 1950 e início da década de 1960.

27 Relatório do Conselho Diretor da ASPR 1961/1962, p. 2.

28 A Caixa de Pensões dos Servidores Municipais de Pelotas é criada por meio da Lei Municipal n. 695, de 14 de dezembro de 1956. Em 21 de dezembro de 1962, através da Lei Municipal n. 1.193, reorganiza-se esta, dando-lhe nova estrutura. Somente em 17 de dezembro de 1999, esta é revogada, instituindo-se o “Sistema de Previdência Social dos Servidores Titulares de Cargo Efetivo do Município de Pelotas”.

29 A criação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE) é instituída pela Decreto n. 4.842, de 08 de agosto de 1931. Entretanto, é por meio do Decreto n.

Não se pode esquecer que, mesmo depois da liquidação da seção beneficente, prosseguiu a assistência funcional prestada aos associados para acompanhamento e solução de processos e reivindicações junto aos poderes públicos e órgãos da administração do ensino, seja em nível estadual, como no municipal, facilitando em eficiência, tempo e despesa.

Batalha salienta que, além da prestação de auxílios, estas cuidavam da qualificação profissional e busca de espaços de mercado para seus associados.³⁰

De fato, a ASRP, desde a sua fundação, terá por premissa a qualificação dos professores, promovendo cursos, palestras e conferências, como consta da *letra a* de seu estatuto. Diante disso, é possível elencar inúmeras atividades desenvolvidas nesta perspectiva. Ao se fazer uma análise qualitativa das palestras, dos seminários e das conferências promovidas pela ASRP, pode-se agrupar as atividades em tendências pedagógicas, como por exemplo: “escola ativa” (1930-1934); foco nas “metodologias de ensino [didática]” (1933-1972); predomínio da “psicologia” (1934-1935); o retorno da “psicologia tendendo à orientação educacional” (1953-1958); cursos de português e alfabetização (1959-1962), cursos de sociologia/estudos sociais (1965-1966); cursos de “economia doméstica” (1968-1972).

A partir de 1970, além dos cursos de atualização pedagógica e preparação para concursos do magistério – o que mais tarde vai se transformar em cursos preparatórios para vestibular e concursos em geral –, verifica-se o despontar de temáticas mais atuais: educação especial (1971), planejamento educacional (1971), educação ecológica (1978).

Ao construir-se como “categoria profissional”, os docentes envolvem-se num processo progressivo de racionalização técnica, fundada em discursos racionais, objetivos e científicos. De certa forma, esta racionalização emergente reposiciona o docente numa perspectiva de busca incessante de profissionalização, tornando cada vez mais necessário o aperfeiçoamento do ofício de professor por meio de uma rede de formação, recrutamento, qualificação e remuneração.

Pois, de acordo com Nóvoa,

a formação de professores é, provavelmente, a área mais sensível das mudanças em curso no setor educativo: aqui não se formam apenas profissionais; aqui se produz uma profissão.³¹

30 Cláudio H. M. Batalha, “Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: Algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, Vol. 6, n. 10-11, *Cader-nos AEL*, Campinas, Unicamp, 1999, pp. 56-57.

31 A. Nóvoa, op. cit., p. 26.

Uma profissão que, ao longo da história, segundo este autor, está numa linha tênue entre os

modelos acadêmicos, centrados nas instituições e em conhecimentos “fundamentais”, e *modelos práticos*, centrados nas escolas e em métodos “aplicados”.³²

Este aspecto proporcionou aos associados da ASRP um determinado *status*, pois era a ASRP quem trazia os principais catedráticos para palestrar e ministrar cursos em Pelotas. Não é difícil perceber que, à medida em que as universidades em Pelotas (UCPel e UFPel) são criadas, este *status* se desloca para as mesmas.

Outra contribuição para o enaltecimento da classe de professores é a exaltação do dia 15 de outubro, seguindo o previsto na *letra b* de seus estatutos. As origens do Dia do Professor no Brasil ainda são desconhecidas como prática popular; entretanto, a história da educação brasileira remete tal data a 15 de outubro de 1827, dia em que D. Pedro I promulgou a primeira Lei Geral do Ensino Elementar no Brasil.

Sobre essa manifestação popular há ainda muitas divergências. Por enquanto, parece ter sido em São Paulo onde a prática começou, tendo sido trazida para o Rio Grande do Sul pelo professor Joaquim Alves da Fonseca, presidente-fundador da ASRP.

Em entrevista alusiva ao Dia do Professor, dada ao jornal *Gazeta Pelotense*, no ano de 1976, o professor Joaquim Alves da Fonseca deixa claro que, mesmo antes da criação da ASRP, já brigava pela institucionalização do Dia do Professor:

Entre todas as coisas que lhe parecem interessantes, no decurso de sua profissão, o professor Joaquim cita como da máxima relevância o fato de ter sido quem primeiro instituiu o Dia do Professor no Rio Grande do Sul. Ele havia lido num jornal de São Paulo que lá haviam festejado essa data, no ano de 1925. Pediu então ao Diretor do Ginásio Pelotense, na época o Dr. Joaquim Luís Osório, para festejar o dia 15 de outubro daquele ano (1926). E, desde aí, os festejos desse dia têm se repetido ininterruptamente.³³

Não se sabe, ao certo, quais as origens do Dia do Professor; contudo, sua transformação numa “tradição inventada” pode ser interpretada como um rito de colaboração da construção e reconstrução da identidade da classe docente. Pois os rituais, segundo Hobsbawm,

[...] representavam essencialmente autoafirmação e definições próprias e definições próprias de uma nova classe através da organização de classes; e, no

32 A. Nóvoa, op. cit., p. 26. (Grifos do autor).

33 *Gazeta Pelotense*, n. 18, 17 out 1976, p. 7.

meio dela, de um grande quadro de militantes saídos daquela classe ou identificados com ela, afirmando sua própria capacidade de organizar, de fazer política, tão bem como a velha elite, de demonstrar sua própria ascensão através da ascensão de sua classe.³⁴

A repetição do Dia do Professor numa periodicidade anual converte-se numa instituição da classe docente; ao carregar-se de significados e símbolos, essa data transmitia valores para e pelo corpo docente, num movimento dialético, reflexo dessa construção de identidade, pois

um evento não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades “objetivas” próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeito, mas a sua significância, da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural.³⁵

Diante dessa perspectiva, a ASRP sempre comemorou o Dia do Professor. Ofícios eram mesmo enviados às autoridades municipais, estaduais e federais requerendo que se efetivasse esta data como feriado para que os professores pudessem comemorá-la; mas apenas em 1963, por meio do Decreto n. 52.682, de 14 de outubro de 1963, o *15 de outubro* passou a ser feriado nacional.

Palavras finais, mas não definitivas.

A ASRP foi a primeira associação docente mutualista de caráter *leigo*³⁶ com o interesse focado na elevação do nível do professorado e da proteção de seus interesses no Rio Grande do Sul. Procurou expandir, além de Pelotas, seu campo de influência em vários municípios do Rio Grande do Sul: fundou filiais em Rio Grande,

34 E. Hobsbawm, *Mundos do trabalho*, Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1987, p. 115. Hobsbawm conceitua a “tradição inventada” como sendo “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico associado”. Cf. E. Hobsbawm & T. Ranger (orgs), *A invenção das tradições*, São Paulo, Paz & Terra, 1997, p. 7.

35 M. Sahlins, *Ilbas de história*, Rio de Janeiro, Zahar, 1990, p. 191.

36 Ante ao termo *leigo*, é bom frisar que, entre as associações mutualistas docentes do início do século XX no Rio Grande do Sul, destacam-se aquelas de perspectivas doutriná-

Camaquã e Osório; além das filiais, criou a categoria sócio-correspondente, para associados em localidades onde não existissem filiais, alargando suas fronteiras aos municípios de São Borja, Itaqui, Santo Ângelo, Cruz Alta, Tupanciretá, Vacaria, Santa Cruz, São Leopoldo, Rio Pardo, Caçapava e Herval.

Como premissa do associativismo mútuo, a “secção beneficente”, cuja finalidade era conceder auxílio pecuniário ao sócio que, por doença, sofresse redução nos seus vencimentos; os balancetes e as atas antigas são testemunhas de que muitos professores associados se utilizaram desses benefícios, já que o sistema previdenciário brasileiro será reorganizado³⁷ nacionalmente na década de 1930, sendo protagonizado pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), cuja estruturação foi, sem dúvida,

[...] um componente crucial da ditadura Vargas, atuando como recurso de poder decisivo na estruturação do sistema político que caracterizou o período populista. Concebido como um sistema que segmentava as classes trabalhadoras em setores específicos (os IAPs), articulados em estruturas corporativizadas e controladas pelo Estado central, tal sistema, ao mesmo tempo que criava barreiras à entrada na arena política – incorporando apenas as categorias sociais reconhecidas pelo Estado – delimitava também quais os demandantes legítimos de outras políticas sociais (educação, saúde pública, habitação).³⁸

Mesmo não sendo sindicato, não se pode negar a defesa acirrada dos interesses do professorado em geral em causas e reivindicações dos professores nas esferas municipais, estadual ou federal, bem como os professores da rede particular.

rias, em especial a “Deutschbrasilianischer Katholischer Lehrerverein in Rio Grande do Sul” (Associação de Professores Alemães-Brasileiros do Rio Grande do Sul) e a “Deutscher Evangelischer Lehrerverein in Rio Grande do Sul” (Associação de Professores Alemães Evangélicos do Rio Grande do Sul). Cf. L. Kreutz, *O professor paroquial. Magistério e imigração alemã*, Porto Alegre/Florianópolis/Caxias do Sul, Ed. da UFRGS/Ed. da UFSC/Educs, 1991; A. B. Rambo, *A escola comunitária teuto-brasileira católica: A Associação de Professores e a Escola Normal*, “Série de Estudos Teuto-Brasileiros”, n. 3, São Leopoldo, Ed. Unisinos, 1996.

37 A Lei Eloy Chaves, concebida em 1923, é considerada a gene do sistema previdenciário brasileiro; previa caixas de aposentadorias e pensões para cada empresa de estradas de ferro e todos os seus empregados. Com a crise econômica de 1929, as instituições que, a partir dessa lei, passaram a oferecer pensão, aposentadoria, assistência médica e auxílio farmacêutico, restringiam-se a fornecer um ou outro benefício.

38 S. M. Draibe, M. H. C. Guimarães & B. Azeredo, *O sistema de proteção social no Brasil*, Campinas, Nepp/Unicamp, 1991, p. 18.

No decorrer dos anos 1940, a ASRP atende basicamente necessidades mutualistas de seus associados. A partir dos anos 1950, é perceptível uma tendência em transformar-se em um movimento mais combativo; nos anos 1960, entretanto, tal movimento é refreado pelos acontecimentos políticos do país, que culminaram com o governo militar de 1964 a 1985. Entretanto, na segunda metade da década de 1970, a ASRP dá total apoio à greve de 1979 realizada por professores da rede estadual de ensino, o que possibilita uma revisão de postura da mesma em relação a sua gênese.

Por outro lado, o professorado, em suas aspirações e necessidades, passa a identificar-se – principalmente devido à pauperização progressiva – com o proletariado clássico; no entanto, a ASRP continuou a encarar o professorado como um tipo diferenciado de trabalhador, não visualizando que, no desenvolvimento educacional da região, surgiram várias experiências de classe docente.

Conseqüentemente, no momento em que as configurações das atividades docentes e de seus sujeitos sofrem transformações, surgem novas instituições que comportam e dão respostas aos desejos e necessidades deste novo trabalhador da educação; em Pelotas, isso ocorre no final dos anos de 1970 e início da década de 1980. Entre estas instituições se encontra o 24º núcleo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul, que foi a expressão mais profícua desse fenômeno; entretanto, é possível mapear outras entidades como, por exemplo, a AdufPel, a AducPel, a ASETFPel, a AMP.

No contexto dos anos 1980, então, diante das mudanças configurativas das identidades do professorado pelotense, os docentes, seguindo uma tendência nacional, passam a se identificar mais com o proletariado clássico. O profissional liberal, como era a aspiração da classe docente no início de sua construção enquanto profissão,³⁹ afasta-se da realidade do professorado, momento em que o declínio da ASRP passa a ser um caminho sem volta.



39 Cf. A. Nóvoa, *op. cit.*